

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

928749

OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de papelaria, expediente e esportivos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 479.495,14

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/02/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

EDITAL Nº 01/2026

Associação de Apoio da Escola Estadual Augustinópolis
Rua São Sebastião, nº 216, Centro, Augustinópolis -TO CEP 77960-000 (63) 99267-3549
augustinopolisfinanceiro@educ.to.gov.br

[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90001/2026
(Processo Administrativo nº 01/2026)

Torna-se público que a Associação de Apoio da Escola Estadual Augustinópolis, sediada na rua São Sebastião, nº 216, centro, Augustinópolis/TO realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de papelaria, expediente e esportivos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.6.3 sociedades cooperativas;
- 3.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e..... (anual, total) do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de

maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado TELEFONE OU EMAIL, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em **até DUAS HORAS**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico,

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *03 (três)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **augustinopolisfinanceiro@seduc.to.gov.br**.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **augustinopolisfinanceiro@seduc.to.gov.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.


16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico augustinopolisfinanceiro@educ.to.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Augustinópolis, 23 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO DE ASSIS SILVA ESPINDOLA
Data: 12/01/2026 12:34:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO DE ASSIS SILVA ESPÍNDOLA

Presidente da Associação

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES

LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DA ESCOLA ESTADUAL AUGUSTINÓPOLIS
RUA SÃO SEBASTIÃO, Nº 216, CENTRO, AUGUSTINÓPOLIS -TO CEP 77960-000 (63) 99267-3549
augustinopolisfinanceiro@seduc.to.gov.br
(Processo Administrativo nº 001/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais de papelaria, expediente e esportivos diversos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	Adesivo Contact: Plástico, incolor, 60g/m², 460mm, transparente	MT	30	R\$ 63,49	R\$ 1.904,70
2.	Adesivo/Alfinete tipo taça colorido - pequeno	CX	200	R\$ 10,10	R\$ 2.020,00
3.	Apagador: Para lousa branca, plástico, 17cmx10cmx5cm, compartimento p/ 2 pinceis, feltro	UN	200	R\$ 15,90	R\$ 3.180,00
4.	Apito: Plástico, potência sonora, com esfera avulsa, com cordão, tamanho 40	UN	10	R\$ 19,33	R\$ 193,30
5.	Apontador de lápis: Plástico, escolar, cor variada, médio C/ 24 unidades	CX	100	R\$ 45,50	R\$ 4.550
6.	Barbante cru nº 6, versão com 1kg - composição: 85% de algodão no mínimo	RL	20	R\$ 50,93	R\$ 1.018,67
7.	Barbante sisal 3mm, rolo com 300 m	RL	3	R\$ 46,70	R\$ 140,10
8.	Bobina semi kraft: papel semi kraft pardo embalagem, 90G, 60cmx200m, rolo bobina	RL	30	R\$ 215,72	R\$ 6.471,50
9.	Bola de Basquete: Couro, 675g, 75 x 77 cm	UN	100	R\$ 218,34	R\$ 21.834,00
10.	Bola de Futsal: Couro, costurada, 440g, 62 x 64CM	UN	100	R\$ 288,30	R\$ 28.830,00
11.	Bola de isopor: Bola de isopor com 30mm	UN	10	R\$ 22,20	R\$ 222,00
12.	Bola de ping-pong: Bola, poliestireno, tênis de mesa, 40mm	UN	200	R\$ 3,40	R\$ 680,00
13.	Bola de queimada de iniciação nº 10	UN	200	R\$ 60,99	R\$ 12.198,00
14.	Bola de Voleibol: 260G, Vôlei de quadra	UN	100	R\$ 265,63	R\$ 26.563,33
15.	Bomba de ar: Bomba de encher bola com 6 bicos e mangueira, pressão máxima 120 pai, portátil	UN	10	R\$ 63,96	R\$ 639,63
16.	Borracha ponteira: Borracha formato ponteira, branca, pacote com 100 unidade, 1.2cmX1.2cmX2.9cm	CX	100	R\$ 53,23	R\$ 5.323,33
17.	Caderno de 12 matérias: Papel off-set, 56g/m², capa dura, 275mmx200mm, 240 fl, espiral, pautado	UN	300	R\$ 30,33	R\$ 9.099,00
18.	Caderno de brochura: Capa dura, 280mm x 205mm, 96 folhas, cores sortidas	UN	300	R\$ 14,24	R\$ 4.273,00
19.	Calculadora: Calculadora de mesa, 12	UN	10	R\$ 38,46	R\$ 384,60

	dígitos, pilha AA, visor LCD inclinado, porcentagem				
20.	Caneleira: Borracha, com tornozeleira, G, com ajuste de tensão	UN	20	R\$ 61,13	R\$ 1.222,67
21.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, azul	CX	100	R\$ 82,83	R\$ 8.283,33
22.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, preta	CX	100	R\$ 82,83	R\$ 8.283,33
23.	Caneta hidrográfica: Caixa com 12 cores, não tóxico, ponta grossa	CX	100	R\$ 17,79	R\$ 1.779,33
24.	Cartolina: Cartolina 240g, cores sortidas, 50x66cm	UN	500	R\$ 1,63	R\$ 815,00
25.	Cartolina Dupla Face, cores diversas, 47,5x66cm	UN	500	R\$ 2,26	R\$ 1.131,67
26.	Cartolina Dupla Face estampada, 47,5x66cm	UN	500	R\$ 2,67	R\$ 1.333,33
27.	Clipe nº 02: Clips papel 2/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150	R\$ 23,58	R\$ 3.537,00
28.	Clipe nº 03: Clips papel 3/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150	R\$ 27,58	R\$ 4.137,00
29.	Clipe nº 08: Clips papel 8/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150	R\$ 26,31	R\$ 3.947,00
30.	Cola branca 90g: Cola branca líquida	CX	200	R\$ 3,97	R\$ 793,33
31.	Cola branca 1kg: Extraforte, líquida, brilhante, não tóxico	CX	20	R\$ 24,80	R\$ 496,00
32.	Cola com glitter: 6 cores variadas, pote 23g	CX	50	R\$ 27,32	R\$ 1.365,83
33.	Cola Isopor 90g, 270 g, resistente à água, não tóxico	CX	200	R\$ 76,69	R\$ 15.938,67
34.	Corda multifilamento poliéster 8mm, 50M	RL	2	R\$132,35	R\$264,71
35.	E.V.A com glitter: Brilhante, 40cm X 60cm, cores variadas	FL	1000	R\$ 6,80	R\$ 6.800,00
36.	E.V.A liso: 40cm X 60cm, cores variadas	FL	1000	R\$ 3,00	R\$ 2.996,67
37.	Elástico borracha: Fino amarelo, 1,50mm x 2mm x 8cm, 1kg	PC	3	R\$ 43,90	R\$ 131,70
38.	Envelope: Offset para transporte, 162x229mm, 90kg, ofício	UN	500	R\$ 0,76	R\$ 381,67
39.	Envelope: Branco RPC, sulfite, 114x229mm, 80g	UN	500	R\$ 0,71	R\$ 356,67
40.	Estilete: Lâmina larga, 18mm	UN	15	R\$ 5,26	R\$ 78,95
41.	Extrator de grampos: Espátula galvanizado, MP109, preto	UN	10	R\$ 3,25	R\$ 32,47
42.	Extrator de grampos: Piranha, MP106, prata	UN	10	R\$ 8,48	R\$ 84,83
43.	Fita adesiva crepe: Branca, lisa, acrílico, 45mm x 50m x 0,2mm	UN	100	R\$ 16,15	R\$ 1.615,00
44.	Fita adesiva transparente 12mm x 50m	UN	200	R\$ 4,22	R\$ 844,67
45.	Fita adesiva transparente 45mm x 100m	UN	200	R\$ 13,01	R\$ 2.601,33
46.	Fita dupla face: De papel branco, 19mmx20m	UN	200	R\$ 37,05	R\$ 7.409,33
47.	Folha isopor: 1x0,5m, 10mm	UN	25	R\$ 8,80	R\$ 220,00
48.	Folha isopor: 1x0,5m, 20mm	UN	25	R\$ 14,73	R\$ 368,25
49.	Folha isopor: 1x0,5m, 30mm	UN	25	R\$ 23,33	R\$ 583,25
50.	Giz de cera grande com 12 cores	CX	100	R\$ 55,51	R\$ 5.550,67

51.	Giz de cera pequeno com 12 cores	CX	100	R\$ 35,68	R\$ 3.567,67
52.	Grampeador médio: Metal, mesa, 20fl, compatível 26/6	UN	50	R\$ 32,05	R\$ 1.602,67
53.	Grampo 26/6: Aço galvanizado, 5000 unidades	CX	50	R\$ 12,22	R\$ 611,00
54.	Kit Badminton 10 Peças (4 raquetes, 4 petecas, 2 bolsas)	UN	20	R\$ 172,93	R\$ 3.458,60
55.	Kit geométrico (esquadro, transferidor, compasso)	UN	100	R\$ 112,67	R\$ 11.266,67
56.	Livro de ponto 160 fls, 2 assinaturas, 15,4x21,6cm	UN	20	R\$ 29,53	R\$ 590,60
57.	Lápis de cor: Sextavado, 12 cores	CX	200	R\$ 16,27	R\$ 3.254,00
58.	Lápis de escrever: Sextavado, preto grafite, 144 unidades	CX	200	R\$ 156,93	R\$ 31.386,67
59.	Marca texto neon 12 unidades	CX	25	R\$ 29,08	R\$ 727,00
60.	Massa de modelar: 12 cores, 600g	CX	100	R\$ 8,06	R\$ 805,67
61.	Medalha: Bronze, 40mm, metal	UN	100	R\$ 10,16	R\$ 1.016,33
62.	Medalha: Dourado, 40mm, metal	UN	150	R\$ 10,66	R\$ 1.599,50
63.	Medalha: Prata, 40mm, metal	UN	100	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
64.	Meião: Lã acrílica, cano longo	UN	20	R\$ 36,47	R\$ 113,00
65.	Molha dedo 12g	UN	20	R\$ 5,65	R\$ 404,60
66.	Mouse: Convencional, 200ips, 1000dpi	UN	15	R\$ 26,97	R\$ 324,90
67.	Mouse pad	UN	15	R\$ 21,66	324,90
68.	Palito de churrasco	PC	100	R\$ 12,43	R\$ 1.243,33
69.	Palito de picolé	PC	100	R\$ 15,30	R\$ 1.530,00
70.	Papel cartão: Celulose vegetal, 50x70cm, 240g/m²	UN	500	R\$ 2,18	R\$ 1.090,00
71.	Papel Casca de Ovo: Branco, A4, 180g/m², 50 folhas	PC	500	R\$ 29,55	R\$ 14.773,33
72.	Papel crepom: 48cm x 2m, pacote com 10 rolos	PC	100	R\$ 17,73	R\$ 1.773,00
73.	Papel fotográfico: Brilhante, 100 folhas, 200g, A4	PC	500	R\$ 48,63	R\$ 24.316,67
74.	Papel vergê: Branco, 180g/m², A4	PC	200	R\$ 27,83	R\$ 5.565,33
75.	Pasta aba elástico: Plástico, 0,35mm, 332mm x 232mm	UN	200	R\$ 6,15	R\$ 1.229,33
76.	Pasta aba elástico: Plástico, 2cm, 33.5cm x 24.5cm	UN	100	R\$ 5,70	R\$ 569,67
77.	Pasta aba elástico: Plástico, 245x55x335mm	UN	30	R\$ 7,37	R\$ 221,00
78.	Pasta arquivo organizadora com divisórias	UN	20	R\$ 42,31	R\$ 846,27
79.	Pasta catálogo ofício, 100 envelopes, 4cm	UN	50	R\$ 46,63	R\$ 2.331,67
80.	Pasta catálogo ofício, 50 envelopes, 4cm	UN	20	R\$ 34,65	R\$ 693,00
81.	Pen Drive: 64GB, com tampa	UN	20	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
82.	Pilha alcalina AA com 16 un	UN	50	R\$ 81,72	R\$ 4.086,00
83.	Pilha alcalina AAA – palito com 16 un	UN	50	R\$ 97,20	R\$ 4.860,00
84.	Pincel para pintura nº 0	UN	30	R\$ 13,97	R\$ 419,20
85.	Pincel para pintura nº 6	UN	30	R\$ 17,44	R\$ 523,10
86.	Pincel para pintura nº 8	UN	30	R\$ 19,74	R\$ 592,20
87.	Pincel para pintura nº 14	UN	30	R\$ 26,31	R\$ 789,40
88.	Pincel para quadro branco: Azul (cx c/ 12)	CX	200	R\$ 92,63	R\$ 18.526,67
89.	Pincel para quadro branco: Preto (cx c/ 12)	CX	200	R\$ 92,63	R\$ 18.526,67
90.	Pincel para quadro branco: Vermelho (cx c/ 12)	CX	200	R\$ 92,63	R\$ 18.526,67

91.	Pincel permanente: Marcador permanente (cx c/ 12)	CX	10	R\$ 82,30	R\$ 823,00
92.	Pistola cola quente 40W	UN	25	R\$ 47,63	R\$ 1.190,83
93.	Pistola cola quente 50W	UN	25	R\$ 51,97	R\$ 1.299,17
94.	Raquete de ping pong: Madeira, duplo revestimento	UN	12	R\$ 18,97	R\$ 227,60
95.	Régua 30cm: Plástico, flexível	UN	100	R\$ 17,27	R\$ 1.726,67
96.	Régua 50cm: Plástico, flexível	UN	100	R\$ 21,42	R\$ 2.141,67
97.	Rede de ping pong: Nylon, 15cm x 180cm	UN	20	R\$ 27,30	R\$ 546,00
98.	Rede de futsal: Par, fio grosso, 3,10 x 2m	UN	5	R\$ 269,00	R\$ 1.345,00
99.	Rede voleibol: Profissional, reforçada, 90,5m x 1m	UN	5	R\$ 649,85	R\$ 3.249,25
100.	Telas para pintura 30x40	UN	50	R\$ 21,63	R\$ 1.081,67
101.	Tesoura Grande: 20cm, aço inox	UN	10	R\$ 17,30	R\$ 173,00
102.	Tesoura Pequena: Sem ponta, 11cm	CX	150	R\$ 51,63	R\$ 7.745,00
103.	Tinta guache: 6 cores, potes 15ml	CX	200	R\$ 7,70	R\$ 1.539,33
104.	Tinta para carimbo 40ml	UN	20	R\$ 7,93	R\$ 158,53
105.	Tinta para impressora EPSON T544/BK 70ml	UN	50	R\$ 79,97	R\$ 3.998,33
106.	Tinta para impressora EPSON T544/C 70ml	UN	50	R\$ 79,97	R\$ 3.998,33
107.	Tinta para impressora EPSON T544/M 70ml	UN	50	R\$ 79,97	R\$ 3.998,33
108.	Tinta para impressora EPSON T544/Y 70ml	UN	50	R\$ 79,97	R\$ 3.998,33
109.	Tinta para marcador de quadro branco 1L azul	UN	10	R\$ 156,66	R\$ 1.566,63
110.	Tinta para marcador de quadro branco 1L preto	UN	10	R\$ 156,66	R\$ 1.566,63
111.	Tinta para marcador de quadro branco 1L vermelho	UN	10	R\$ 156,66	R\$ 1.566,63
112.	TNT Fino: TNT 40g, polipropileno	MT	500	R\$ 3,23	R\$ 1.616,67
113.	TNT Grosso: TNT 50g, polipropileno	MT	500	R\$ 4,67	R\$ 2.333,33
114.	Tubo bastão cola quente fino: Silicone	PC	200	R\$ 80,97	R\$ 16.193,33
115.	Tubo bastão cola quente grosso: Silicone	PC	200	R\$ 81,97	R\$ 16.393,33
VALOR TOTAL					R\$ 480.094,74

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O contrato que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

Os materiais serão solicitados mediante correspondência eletrônica (e-mail: **augustinopolisfinanceiro@seduc.to.gov.br**), sendo obrigatória a confirmação do recebimento dos pedidos. O prazo de entrega dos materiais é de **até 30 (trinta) dias após a confirmação** de recebimento do pedido pela empresa.

OU

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: rua São Sebastião, n.º 216, centro, Augustinópolis – TO.

5.3.1 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato, a entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.2 acompanhar os registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.4 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.6.5 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado na data da licitação.
- 8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.30. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Comprovação de fornecimento anterior correspondente a, no mínimo, 20% da quantidade total dos materiais especificados na cláusula 1;

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 480.094,74 (quatrocentos e oitenta mil, noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.


11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do recurso advindo do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Augustinópolis, 05 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO DE ASSIS SILVA ESPINDOLA
Data: 13/01/2026 10:50:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisco de Assis Silva Espíndola

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 01/2026

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Qual a necessidade a ser atendida?	<p>A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade de aquisição de materiais de papelaria, expediente e esportivos essenciais ao desenvolvimento das atividades pedagógicas planejadas na unidade escolar. A compra desses materiais atende não apenas à demanda semanal da escola, como também às ações previstas para o decorrer do ano letivo, incluindo aquelas vinculadas ao calendário escolar, às datas comemorativas e aos projetos pedagógicos institucionais. A aquisição dos materiais aqui listados contribui para a organização e o adequado funcionamento das atividades didáticas da unidade escolar.</p> <p>A necessidade identificada decorre da utilização contínua desses insumos no suporte às atividades administrativas, pedagógicas e esportivas, sendo indispensáveis para a execução rotineira de tarefas como elaboração, reprodução e arquivamento de documentos, registros acadêmicos, comunicações internas e externas, bem como para o apoio operacional aos projetos pedagógicos e às atividades desenvolvidas com os estudantes.</p> <p>Além disso, os materiais esportivos serão empregados de forma sistemática nas atividades de educação física, recreação e ações pedagógicas complementares, conforme o planejamento escolar anual, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a execução de projetos previstos no plano pedagógico da unidade.</p> <p>A inexistência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a continuidade das atividades administrativas e pedagógicas, ocasionando limitações operacionais, atraso no cumprimento do planejamento institucional e prejuízos à execução das atividades educacionais e esportivas, o que justifica a necessidade de planejamento prévio da contratação.</p> <p>Dessa forma, a contratação proposta visa assegurar o fornecimento regular dos insumos necessários ao funcionamento da unidade escolar ao longo do ano letivo, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, bem como atendendo às demandas da comunidade escolar. A presente demanda caracteriza-se, portanto, como necessária, previsível e compatível com as atividades desenvolvidas pela unidade escolar, estando em consonância com o interesse público e com os objetivos de melhoria da gestão educacional.</p>
------------------------------------	---

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Há previsão no plano de contratações anual?	() Sim	Nº. do protocolo de envio do PCA ao PNCP:
	(X) Não	Justificar: A elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), conforme previsto na legislação aplicável à administração pública, não se impõe às entidades jurídicas de direito privado, como é o caso da Associação de Apoio à Escola, conforme dispõe o Art. 71 da Lei Estadual nº 2.139/2009, do Sistema de Ensino do Tocantins.

III - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Qual o tipo de objeto?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem <input type="checkbox"/> Serviço	
Qual a natureza?	<input type="checkbox"/> Continuada	<input type="checkbox"/> Com Monopólio
	<input checked="" type="checkbox"/> Não Continuada	<input type="checkbox"/> Sem Monopólio
Qual a vigência?	<input type="checkbox"/> 30 (trinta) dias - pronta entrega <input checked="" type="checkbox"/> 12 (doze) meses <input type="checkbox"/> 5 (cinco) anos <input type="checkbox"/> Indeterminado	
	<input type="checkbox"/> Outro:	<input type="checkbox"/> dias <input type="checkbox"/> meses <input type="checkbox"/> anos
Poderá haver prorrogação?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
O objeto da contratação trata-se de fornecimento ou serviço continuado?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, foi avaliado a duração inicial do contrato? (art. 106 da Lei nº14.133/2021), justificar:	
Descrição do produto	Item	Descrição detalhada
	1.	Adesivo Contact: Plástico, incolor, 60g/m², 460mm, transparente
	2.	Alfinete tipo mapa colorido - pequeno
	3.	Apagador: Para lousa branca, plástico, 17cmx10cmx5cm, compartimento p/ 2 pincéis, feltro
	4.	Apito: metal, potência sonora, com esfera avulsa, com cordão, tamanho 40
	5.	Apontador de lápis: Plástico, escolar, cor variada, médio C/ 24 unidades
	6.	Barbante cru nº 6, versão com 1kg - composição: 85% de algodão no mínimo
	7.	Barbante sisal 3mm, rolo com 300 m
	8.	Bobina semi kraft: Papel semi kraft pardo embalagem, 90G, 60cmx200m, rolo bobina
	9.	Bola de Basquete: Couro, 675g, 75 x 77 cm
	10.	Bola de Futsal: Couro, costurada, 440g, 62 x 64CM
	11.	Bola de isopor: Bola de isopor com 30mm
	12.	Bola de ping pong: Bola, poliestireno, tênis de mesa, 40mm
	13.	Bola de queimada de iniciação nº 10
	14.	Bola de Voleibol: 260G, Vôlei de quadra
	15.	Bomba de ar: Bomba de encher bola com 6 bicos e mangueira, pressão máxima 120 pai, portátil
	16.	Borracha ponteira: Borracha formato ponteira, branca, pacote com 100 unidade, 1.2cmX1.2cmX2.9cm
	17.	Caderno de 12 matérias: Papel off-set, 56g/m², capa dura, 275mmx200mm, 240 fl, espiral, pautado
	18.	Caderno de brochura: Capa dura, 280mm x 205mm, 96 folhas, cores sortidas

	19.	Calculadora: Calculadora de mesa, 12 dígitos, pilha AA, visor LCD inclinado, porcentagem
	20.	Caneleira: Borracha, com tornoeleira, G, com ajuste de tensão
	21.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, azul
	22.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, preta
	23.	Caneta hidrográfica: Caixa com 12 cores, não tóxico, ponta grossa
	24.	Cartolina: Cartolina 240g, cores sortidas, 50x66cm
	25.	Cartolina Dupla Face, cores diversas, 47,5x66cm
	26.	Cartolina Dupla Face estampada, 47,5x66cm
	27.	Clipe nº 02: Clips papel 2/0, galvanizado, 500 unidades
	28.	Clipe nº 03: Clips papel 3/0, galvanizado, 500 unidades
	29.	Clipe nº 08: Clips papel 8/0, galvanizado, 500 unidades
	30.	Cola branca 90g: Cola branca líquida
	31.	Cola branca 1kg: Extraforte, líquida, brilhante, não tóxico
	32.	Cola com glitter: 6 cores variadas, pote 23g
	33.	Cola Isopor 90g, 270 g, resistente à água, não tóxico
	34.	Corda multifilamento poliéster 8mm, 50M
	35.	E.V.A com glitter: Brilhante, 40cm X 60cm, cores variadas
	36.	E.V.A liso: 40cm X 60cm, cores variadas
	37.	Elástico borracha: Fino amarelo, 1,50mm x 2mm x 8cm, 1kg
	38.	Envelope: Offset para transporte, 162x229mm, 90kg, ofício
	39.	Envelope: Branco RPC, sulfite, 114x229mm, 80g
	40.	Estilete: Lâmina larga, 18mm
	41.	Extrator de grampos: Espátula galvanizado, MP109, preto
	42.	Extrator de grampos: Piranha, MP106, prata
	43.	Fita adesiva crepe: Branca, lisa, acrílico, 45mm x 50m x 0,2mm
	44.	Fita adesiva transparente 12mm x 50m
	45.	Fita adesiva transparente 45mm x 100m
	46.	Fita dupla face: papel branco, 19mmx20m
	47.	Folha isopor: 1x0,5m, 10mm
	48.	Folha isopor: 1x0,5m, 20mm
	49.	Folha isopor: 1x0,5m, 30mm
	50.	Giz de cera grande com 12 cores
	51.	Giz de cera pequeno com 12 cores
	52.	Grampeador médio: Metal, mesa, 20fl, compatível 26/6
	53.	Grampo 26/6: Aço galvanizado, 5000 unidades
	54.	Kit Badminton 10 Peças (4 raquetes, 4 petecas, 2 bolsas)
	55.	Kit geométrico (esquadro, transferidor, compasso)
	56.	Livro de ponto 160 fls, 2 assinaturas, 15,4x21,6cm
	57.	Lápis de cor: Sextavado, 12 cores
	58.	Lápis de escrever: Sextavado, preto grafite, 144 unidades
	59.	Marca texto neon 12 unidades
	60.	Massa de modelar: 12 cores, 600g
	61.	Medalha: Bronze, 40mm, metal
	62.	Medalha: Dourado, 40mm, metal
	63.	Medalha: Prata, 40mm, metal
	64.	Medalha: Campeonato — Modelo Prata
	65.	Meião: Lã acrílica, cano longo

	66.	Molha dedo 12g
	67.	Mouse: Convencional, 200ips, 1000dpi
	68.	Mouse pad, pequeno, 220x178mm, preto
	69.	Palito de churrasco
	70.	Palito de picolé
	71.	Papel cartão: Celulose vegetal, 50x70cm, 240g/m²
	72.	Papel Casca de Ovo: Branco, A4, 180g/m², 50 folhas
	73.	Papel crepom: 48cm x 2m, pacote com 10 rolos
	74.	Papel fotográfico: Brilhante, 100 folhas, 200g, A4
	75.	Papel vergê: Branco, 180g/m², A4
	76.	Pasta aba elástico: Plástico, 0,35mm, 332mm x 232mm
	77.	Pasta aba elástico: Plástico, 2cm, 33.5cm x 24.5cm
	78.	Pasta aba elástico: Plástico, 245x55x335mm
	79.	Pasta arquivo organizadora com divisórias
	80.	Pasta catálogo ofício, 100 envelopes, 4cm
	81.	Pasta catálogo ofício, 50 envelopes, 4cm
	82.	Pen Drive: 64GB, com tampa
	83.	Pilha alcalina AA com 16 un
	84.	Pilha alcalina AAA – palito com 16 un
	85.	Pincel para pintura nº 0
	86.	Pincel para pintura nº 6
	87.	Pincel para pintura nº 8
	88.	Pincel para pintura nº 14
	89.	Pincel para quadro branco: Azul (cx c/ 12)
	90.	Pincel para quadro branco: Preto (cx c/ 12)
	91.	Pincel para quadro branco: Vermelho (cx c/ 12)
	92.	Pincel permanente: Marcador permanente (cx c/ 12)
	93.	Pistola cola quente 40W
	94.	Pistola cola quente 50W
	95.	Raquete de ping-pong: Madeira, duplo revestimento
	96.	Régua 30cm: Plástico, flexível
	97.	Régua 50cm: Plástico, flexível
	98.	Rede de ping pong: Nylon, 15cm x 180cm
	99.	Rede de futsal: Par, fio grosso, 3,10 x 2m
	100.	Rede voleibol: Profissional, reforçada, 90,5m x 1m
	101.	Telas para pintura 30x40
	102.	Tesoura Grande: 20cm, aço inox
	103.	Tesoura Pequena: Sem ponta, 11cm
	104.	Tinta guache: 6 cores, potes 15ml
	105.	Tinta para carimbo 40ml
	106.	Tinta para impressora EPSON T544/BK 70ml
	107.	Tinta para impressora EPSON T544/C 70ml
	108.	Tinta para impressora EPSON T544/M 70ml
	109.	Tinta para impressora EPSON T544/Y 70ml
	110.	Tinta para marcador de quadro branco 1L azul
	111.	Tinta para marcador de quadro branco 1L preto
	112.	Tinta para marcador de quadro branco 1L vermelho
	113.	TNT Fino: TNT 40g, polipropileno

	<table border="1"> <tr> <td>114.</td><td>TNT Grosso: TNT 50g, polipropileno</td></tr> <tr> <td>115.</td><td>Tubo bastão cola quente fino: Silicone</td></tr> <tr> <td>116.</td><td>Tubo bastão cola quente grosso: Silicone</td></tr> </table>	114.	TNT Grosso: TNT 50g, polipropileno	115.	Tubo bastão cola quente fino: Silicone	116.	Tubo bastão cola quente grosso: Silicone
114.	TNT Grosso: TNT 50g, polipropileno						
115.	Tubo bastão cola quente fino: Silicone						
116.	Tubo bastão cola quente grosso: Silicone						
Há critérios ou práticas de sustentabilidade?	<p>(X) Sim () Não</p> <p>Em caso afirmativo, especificar: A aquisição de material pedagógico (papelaria, expediente e esportivo) pelas associações escolares deverá observar práticas e critérios de sustentabilidade, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União. A adoção de critérios ambientais, sociais e econômicos visa reduzir impactos negativos ao meio ambiente, promover o uso eficiente dos recursos públicos e estimular o desenvolvimento sustentável. Entre as práticas recomendadas, destaca-se a preferência por materiais produzidos com insumos reciclados ou recicláveis, como papéis com certificação ambiental (FSC, PEFC) ou conteúdo reciclado pós-consumo, além da priorização de produtos com maior durabilidade e menor geração de resíduos. Sempre que possível, deve-se optar por itens recarregáveis, como canetas e marcadores, e por produtos cujas embalagens sejam recicláveis, biodegradáveis ou que cumpram exigências de logística reversa. Do ponto de vista social, recomenda-se a valorização de fornecedores que adotem práticas de inclusão, como a contratação de pessoas com deficiência ou a atuação em parceria com cooperativas de catadores e empreendimento da economia solidária, além do cumprimento da legislação trabalhista e das normas de segurança do trabalho. Sob a perspectiva econômica, considera-se relevante a análise do custo do ciclo de vida dos materiais, levando em conta, além do preço de aquisição, a durabilidade, facilidade de manutenção e descarte ambientalmente adequado. Dessa forma, a contratação atenderá não apenas às necessidades operacionais da associação, como também aos princípios da eficiência, economicidade, responsabilidade socioambiental e continuidade do serviço público.</p>						
Há necessidade de treinamento?	<p>() Sim (X) Não</p>						
Os bens a serem adquiridos se enquadram como bem de luxo?	<p>() Sim (X) Não</p> <p>O objeto pretendido não se caracteriza como bem de luxo, uma vez que não está incluído no rol previsto no Decreto Federal nº 10.818/2021, tampouco apresenta as características descritas no art. 2º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 6.548, de 13 de dezembro de 2022.</p> <p>Em caso afirmativo, justificar:</p>						
A contratada deverá promover transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas?	<p>() Sim. Contrato nº: Prazo final:</p> <p>(X) Não</p>						
Há normativos específicos que disciplinam os serviços	<p>() Sim (X) Não</p> <p>Em caso afirmativo relacionar normativos técnicos e regulatórios específicos:</p>						

ou produtos a serem contratados?	
Local de entrega do bem ou de prestação do serviço:	Rua São Sebastião, nº 216, centro, Augustinópolis – TO.
Será exigida amostra ou prova de conceito?	() Sim (X) Não Em caso afirmativo, justificar a necessidade e descrever:
Consta exigência de marca específica?	() Sim (X) Não Em caso afirmativo, justificar:
Será permitida subcontratação?	() Sim (X) Não Em caso afirmativo, limitado a:

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)					
Como se obteve o quantitativo estimado?	(X) Análise de contratações anteriores () Análise de contratações similares () Outro Especificar: Nota explicativa: Caso seja selecionada a opção "Outro", é obrigatório especificar a metodologia adotada para a análise, de forma clara e fundamentada.				
Descrição Quantitativo	do	SÉRIE HISTÓRICA DE CONSUMO			
		DESCRIÇÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO (ANO)	EXERCÍCIO (ANO)
				PAE: SGD Nº (@@)	PAE: SGD Nº (@@)
				QUANTIDADE CONSUMIDA	QUANTIDADE CONSUMIDA
		Adesivo Contact: Plástico, incolor, 60g/m², 460mm, transparente	MT		50
		Apito: Plástico, potência sonora, com esfera avulsa, com cordão, tamanho 40	UN		4
		Apagador: Para lousa branca, plástico, 17cmx10cmx5cm,	UN		100

	compartimento p/ 2 pinceis, feltro				
	Bobina semi kraft: Papel semi kraft pardo embalagem, 90G, 60cmx200m, rolo bobina	RL			4
	Bola de Voleibol: 260G, Vôlei de quadra	UN			10
	Bola de Futsal: Couro, costurada, 440g, 62 x 64CM	UN			10
	Bola de Basquete: Couro, 675g, 75 x 77 cm	UN			2
	Bola de isopor: Bola de isopor com 30mm	UN			30
	Bola de ping-pong: Bola, poliestireno, tênis de mesa, 40mm	UN			100
	Bomba de ar: Bomba de encher bola com 6 bicos e mangueira, pressão máxima 120 pai, portátil	UN			5
	Borracha ponteira: Borracha formato ponteira, branca, pacote com 100 unidade, 1.2cmX1.2cmX2.9cm	CX			10
	Apontador de lápis: Plástico, escolar, cor variada, médio C/ 24 unidades	CX			5
	Cartolina: Cartolina 240g, cores sortidas, 50x66cm	UN			200
	Caneta hidrográfica: Caixa com 12 cores, não tóxico, ponta grossa, à base de água, superfícies papel e plástico	CX			50
	Lápis de cor: Sextavado, com 12 cores, não tóxico	CX			200
	Lápis de escrever: Sextavado, preto grafite, com 144 unidades	CX			10
	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, azul	CX			10
	Caderno de brochura: Capa duro, 280mm x 205mm, 96 folhas, cores sortidas, celulose vegetal.	UN			20

	Caderno de 12 matérias: Papel off-set, 56g/m², capa dura, 275mmx200mm, 240 fl, espiral, folhas pautadas.	UN			35
	Calculadora: Calculadora de mesa, com 12 dígitos, mesa, pilha aa, visor lcd com inclinação, cálculo de porcentagem.	UN			3
	Clipe nº 02: Clips papel 2/0, galvanizado, com 500 unidades	CX			10
	Clipe nº 03: Clips papel 3/0, galvanizado, com 500 unidades	CX			10
	Clipe nº 08: Clips papel 8/0, galvanizado, com 500 unidades	CX			10
	Caneleira: Borracha, com tornozeleira, G, com ajuste de tensão.	UN			12
	Cola com glitter: com 6 cores variadas, pote plástico com 23g, papel, brilhante, lavável	CX			50
	Cola Isopor 90g: isopor, E.V.A, branco, 90g, 270 gramas, tubo, resistente à água, não tóxico	UN			150
	Cola branca 90g: Cola branca líquida, 90g	UN			50
	Cola branca 1kg: Extraforte, 1kg, líquida, brilhante, não tóxico	UN			2
	E.V.A liso: Liso, 40cm X 60cm, cores variadas, liso	FL			200
	E.V.A com glitter: Brilhante, 40cm X 60cm, cores variadas, com glitter	FL			200
	Elástico borracha: Elástico Fino Amarelo, 1,50mm x 2mm x 8cm, 1kg, Borracha Natural, látex	PC			5
	Estilete: Lâmina larga, 18mm	UN			10
	Extrator de grampos: Espátula galvanizado, -	UN			5

	MP109, prata, EX0001, leve				
	Envelope: Offset, para transporte e armazenar documentos em gerais, 162x 229mm, 90kg, ofício.	UN			200
	Envelope: Branco RPC, sulfite, 114x229mm, 80g	UN			200
	Fita dupla face: De papel branco adere DK 350, 19mmx20m, poliuretano	UN			60
	Fita adesiva transparente: Durex, acrílico, polipropileno, transparente, lisa, brilhante, 100m x 45mm.	UN			100
	Fita adesiva crepe: Branca, lisa, acrílico, 45mm x 50m x 0,2mm.	UN			100
	Folha isopor: 1x0,5m, 25mm	UN			50
	Grampeador médio: Metal, mesa, 20fl, compatível com grampo 26/6 e papel	UN			20
	Grampo 26/6: Aço, galvanizados caixa com 5000 unidades, 134kg.	CX			10
	Livro de ponto 160 FLS C/ 2 assinaturas, 15,4x21,6cm.	UN			10
	Mouse: Convencional, 200ips, 1000dpi.	UN			5
	Meião: Lã acrílica, câmara frigorífica, cano longo	UN			20
	Medalha: Dourado, 40mm, metal	UN			60
	Massa de modelar: Massinha 12 cores, 600 gramas.	CX			100
	Papel Cartão: Celulose vegetal, 50cmX70cm, cores variadas, 240g/m²	UN			100
	Papel Casca de Ovo: Branco, 297x210mm, 180g/m², com 50 folhas.	PC			100
	Papel Fotográfico: Brilhante, com 100 folhas,	PC			100

	fotografia, 200g x 297mm x 210mm.				
	Papel vergê: celulose vegetal, branca 180 g/m2 x 297 mm x 210 mm	PC			5
	Pasta aba elástico: Plástico, abas e elástico, 265 mm X 355 mm.	UN			30
	Pen Drive: Com tampa removível, liso, 64gb.	UN			5
	Pistola Cola Quente 50W: Bivolt 127V- 220V, frequência 60hz, usa bastão fino de 7mm.	UN			15
	Pistola Cola Quente 40W: Bivolt 127/220V, 16w/40w, frequência 50/60Hz, usa bastão grosso de 12mm.	UN			10
	Pincel para quadro: Pincel para quadro branco, cores, caixa com 6 unidades	CX			20
	Pincel Permanente: Pincel Marcador Permanente, cores, caixa com 12 unidades	CX			10
	Pincel para Pintura nº 0: Madeira, náilon, tamanho 0	UN			10
	Pincel para Pintura nº 6: Madeira, náilon, tamanho 6	UN			10
	Pincel para Pintura nº 8: Madeira, náilon, tamanho 8	UN			10
	Raquete de ping-pong: Madeira, borracha, único, tênis de mesa, 2 lados revestidos	UN			12
	Régua 30cm: Régua 30 cm, plástico, flexível	UN			200
	Régua 50cm: Régua 50 cm, plástico, flexível	UN			100
	Tinta para Impressora: EPSON T544/M 70ML, original	UN			20
	Tinta para Impressora: EPSON T544/BK 70ML, original	UN			20

	Tinta para Impressora: EPSON T544/C 70ML, original	UN			20	
	Tinta para Impressora: EPSON T544/Y 70ML, original	UN			20	
	Tinta para carimbo: Tinta para carimbo 40 ml cores sortidas	UN			5	
	Tubo bastão cola quente: Silicone, incolor, pistola quente, amolecimento a 86°C, bastão.	PC			10	
	Tesoura Grande: Para uso geral 20 cm aço inox e cabo plástico.	UN			10	
	Tesoura Pequena: Tesoura sem ponta,11cm, plástico	UN			200	
	Tinta Guache: Caixa com 6 cores - pote com 15 ml. cores: verde, azul, amarelo, vermelho, branco, preto, Composição: resina, água, pigmentos e conservante	CX			100	
	TNT Grosso: TNT 50g, 100% Polipropileno, TNT liso	MT			100	
	TNT Fino: TNT 40g, 100% Polipropileno, TNT liso	MT			50	
	Rede Voleibol: Rede de vôlei profissional reforçada, largura 90,5 metros x altura 1,0 metros	UN			2	
	Rede Futsal: Par de rede para gol, futsal fio grosso, futebol de salão, 3,10 x 2m	UN			2	
	Rede de ping-pong: Rede de tênis de mesa, em nylon 100% polietileno, 15cmx180cm	UN			8	
	Barbante cru nº 6, versão com1kg - cor cru ou neutra/composição:85%d e algodão no mínimo.	RL			5	
Quantitativos	ITEM	DESCRIÇÃO			UND	QTD
	1.	Adesivo Contact: Plástico, incolor, 60g/m², 460mm, transparente			MT	30
	2.	Adesivo/Alfinete tipo taça colorido - pequeno			CX	200

	3.	Apagador: Para lousa branca, plástico, 17cmx10cmx5cm, compartimento p/ 2 pinceis, feltro	UN	200
	4.	Apito: Plástico, potência sonora, com esfera avulsa, com cordão, tamanho 40	UN	10
	5.	Apontador de lápis: Plástico, escolar, cor variada, médio C/ 24 unidades	CX	100
	6.	Barbante cru nº 6, versão com 1kg - composição: 85% de algodão no mínimo	RL	20
	7.	Barbante sisal 3mm, rolo com 300 m	RL	3
	8.	Bobina semi kraft: Papel semi kraft pardo embalagem, 90G, 60cmx200m, rolo bobina	RL	30
	9.	Bola de Basquete: Couro, 675g, 75 x 77 cm	UN	100
	10.	Bola de Futsal: Couro, costurada, 440g, 62 x 64CM	UN	100
	11.	Bola de isopor: Bola de isopor com 30mm	UN	10
	12.	Bola de ping-pong: Bola, poliestireno, tênis de mesa, 40mm	UN	200
	13.	Bola de queimada de iniciação nº 10	UN	200
	14.	Bola de Voleibol: 260G, Vôlei de quadra	UN	100
	15.	Bomba de ar: Bomba de encher bola com 6 bicos e mangueira, pressão máxima 120 pai, portátil	UN	10
	16.	Borracha ponteira: Borracha formato ponteira, branca, pacote com 100 unidade, 1.2cmX1.2cmX2.9cm	CX	100
	17.	Caderno de 12 matérias: Papel off-set, 56g/m², capa dura, 275mmx200mm, 240 fl, espiral, pautado	UN	300
	18.	Caderno de brochura: Capa dura, 280mm x 205mm, 96 folhas, cores sortidas	UN	300
	19.	Calculadora: Calculadora de mesa, 12 dígitos, pilha AA, visor LCD inclinado, porcentagem	UN	10
	20.	Caneleira: Borracha, com tornoeleira, G, com ajuste de tensão	UN	20
	21.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, azul	CX	100
	22.	Caneta esferográfica: Ponta esfera, com 50 unidades, preta	CX	100
	23.	Caneta hidrográfica: Caixa com 12 cores, não tóxico, ponta grossa	CX	100
	24.	Cartolina: Cartolina 240g, cores sortidas, 50x66cm	UN	500
	25.	Cartolina Dupla Face, cores diversas, 47,5x66cm	UN	500
	26.	Cartolina Dupla Face estampada, 47,5x66cm	UN	500
	27.	Clipe nº 02: Clips papel 2/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150
	28.	Clipe nº 03: Clips papel 3/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150
	29.	Clipe nº 08: Clips papel 8/0, galvanizado, 500 unidades	CX	150
	30.	Cola branca 90g: Cola branca líquida	CX	200
	31.	Cola branca 1kg: Extraforte, líquida, brilhante, não tóxico	CX	20
	32.	Cola com glitter: 6 cores variadas, pote 23g	CX	50
	33.	Cola Isopor 90g, 270 g, resistente à água, não tóxico	CX	200
	34.	Corda multifilamento poliéster 8mm, 50M	RL	2

	35.	E.V.A com glitter: Brilhante, 40cm X 60cm, cores variadas	FL	1000
	36.	E.V.A liso: 40cm X 60cm, cores variadas	FL	1000
	37.	Elástico borracha: Fino amarelo, 1,50mm x 2mm x 8cm, 1kg	PC	3
	38.	Envelope: Offset para transporte, 162x229mm, 90kg, ofício	UN	500
	39.	Envelope: Branco RPC, sulfite, 114x229mm, 80g	UN	500
	40.	Estilete: Lâmina larga, 18mm	UN	15
	41.	Extrator de grampos: Espátula galvanizado, MP109, preto	UN	10
	42.	Extrator de grampos: Piranha, MP106, prata	UN	10
	43.	Fita adesiva crepe: Branca, lisa, acrílico, 45mm x 50m x 0,2mm	UN	100
	44.	Fita adesiva transparente 12mm x 50m	UN	200
	45.	Fita adesiva transparente 45mm x 100m	UN	200
	46.	Fita dupla face: De papel branco, 19mmx20m	UN	200
	47.	Folha isopor: 1x0,5m, 10mm	UN	25
	48.	Folha isopor: 1x0,5m, 20mm	UN	25
	49.	Folha isopor: 1x0,5m, 30mm	UN	25
	50.	Giz de cera grande com 12 cores	CX	100
	51.	Giz de cera pequeno com 12 cores	CX	100
	52.	Grampeador médio: Metal, mesa, 20fl, compatível 26/6	UN	50
	53.	Grampo 26/6: Aço galvanizado, 5000 unidades	CX	50
	54.	Kit Badminton 10 Peças (4 raquetes, 4 petecas, 2 bolsas)	UN	20
	55.	Kit geométrico (esquadro, transferidor, compasso)	UN	100
	56.	Livro de ponto 160 fls, 2 assinaturas, 15,4x21,6cm	UN	20
	57.	Lápis de cor: Sextavado, 12 cores	CX	200
	58.	Lápis de escrever: Sextavado, preto grafite, 144 unidades	CX	200
	59.	Marca texto neon 12 unidades	CX	25
	60.	Massa de modelar: 12 cores, 600g	CX	100
	61.	Medalha: Bronze, 40mm, metal	UN	100
	62.	Medalha: Dourado, 40mm, metal	UN	150
	63.	Medalha: Prata, 40mm, metal	UN	100
	64.	Meião: Lã acrílica, cano longo	UN	20
	65.	Molha dedo 12g	UN	20
	66.	Mouse: Convencional, 200ips, 1000dpi	UN	15
	67.	Mouse pad, pequeno, 220x178mm, preto	UN	15
	68.	Palito de churrasco	PC	100
	69.	Palito de picolé	PC	100
	70.	Papel cartão: Celulose vegetal, 50x70cm, 240g/m²	UN	500
	71.	Papel Casca de Ovo: Branco, A4, 180g/m², 50 folhas	PC	500
	72.	Papel crepom: 48cm x 2m, pacote com 10 rolos	PC	100
	73.	Papel fotográfico: Brilhante, 100 folhas, 200g, A4	PC	500
	74.	Papel vergê: Branco, 180g/m², A4	PC	200

	75.	Pasta aba elástico: Plástico, 0,35mm, 332mm x 232mm	UN	200
	76.	Pasta aba elástico: Plástico, 2cm, 33.5cm x 24.5cm	UN	100
	77.	Pasta aba elástico: Plástico, 245x55x335mm	UN	30
	78.	Pasta arquivo organizadora com divisórias	UN	20
	79.	Pasta catálogo ofício, 100 envelopes, 4cm	UN	50
	80.	Pasta catálogo ofício, 50 envelopes, 4cm	UN	20
	81.	Pen Drive: 64GB, com tampa	UN	20
	82.	Pilha alcalina AA com 16 un	UN	50
	83.	Pilha alcalina AAA – palito com 16 un	UN	50
	84.	Pincel para pintura nº 0	UN	30
	85.	Pincel para pintura nº 6	UN	30
	86.	Pincel para pintura nº 8	UN	30
	87.	Pincel para pintura nº 14	UN	30
	88.	Pincel para quadro branco: Azul (cx c/ 12)	CX	200
	89.	Pincel para quadro branco: Preto (cx c/ 12)	CX	200
	90.	Pincel para quadro branco: Vermelho (cx c/ 12)	CX	200
	91.	Pincel permanente: Marcador permanente (cx c/ 12)	CX	10
	92.	Pistola cola quente 40W	UN	25
	93.	Pistola cola quente 50W	UN	25
	94.	Raquete de ping pong: Madeira, duplo revestimento	UN	12
	95.	Régua 30cm: Plástico, flexível	UN	100
	96.	Régua 50cm: Plástico, flexível	UN	100
	97.	Rede de ping pong: Nylon, 15cm x 180cm	UN	20
	98.	Rede de futsal: Par, fio grosso, 3,10 x 2m	UN	5
	99.	Rede voleibol: Profissional, reforçada, 90,5m x 1m	UN	5
	100.	Telas para pintura 30x40	UN	50
	101.	Tesoura Grande: 20cm, aço inox	UN	10
	102.	Tesoura Pequena: Sem ponta, 11cm	CX	150
	103.	Tinta guache: 6 cores, potes 15ml	CX	200
	104.	Tinta para carimbo 40ml	UN	20
	105.	Tinta para impressora EPSON T544/BK 70ml	UN	50
	106.	Tinta para impressora EPSON T544/C 70ml	UN	50
	107.	Tinta para impressora EPSON T544/M 70ml	UN	50
	108.	Tinta para impressora EPSON T544/Y 70ml	UN	50
	109.	Tinta para marcador de quadro branco 1L azul	UN	10
	110.	Tinta para marcador de quadro branco 1L preto	UN	10
	111.	Tinta para marcador de quadro branco 1L vermelho	UN	10
	112.	TNT Fino: TNT 40g, polipropileno	MT	500
	113.	TNT Grosso: TNT 50g, polipropileno	MT	500
	114.	Tubo bastão cola quente fino: Silicone	PC	200
	115.	Tubo bastão cola quente grosso: Silicone	PC	200

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO	
Onde foram pesquisadas as possíveis soluções?	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Contratações similares <input type="checkbox"/> () Internet <input type="checkbox"/> () Audiência pública <input type="checkbox"/> () Outro. Especificar: Nota explicativa: Caso seja selecionada a opção "Outro", é obrigatório especificar o meio adotado para a pesquisa.
Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução	<p>A análise das alternativas disponíveis para suprir a necessidade de materiais administrativos essenciais ao funcionamento das associações escolares indicou que a aquisição direta de material de expediente representa a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.</p> <p>Do ponto de vista técnico, a aquisição garante a imediata disponibilização dos insumos necessários à execução das atividades administrativas rotineiras, como elaboração de documentos, registros escolares, arquivamento, prestação de contas, comunicação interna e apoio aos processos educacionais. Essa solução evita entraves relacionados à ausência ou escassez de materiais básicos, que podem comprometer a fluidez do trabalho e a organização institucional, assegurando maior eficiência e previsibilidade na gestão escolar.</p> <p>Sob o aspecto econômico, a aquisição direta se mostra vantajosa ao permitir o planejamento adequado dos quantitativos, evitando desperdícios, aquisições emergenciais ou gastos fragmentados. Além disso, possibilita a compra em escala, com melhor aproveitamento de recursos financeiros, reduzindo o custo unitário dos itens e promovendo maior racionalização dos gastos públicos. A aquisição planejada também minimiza a ociosidade de materiais e permite a escolha de produtos mais duráveis e sustentáveis, com melhor relação custo-benefício.</p> <p>A contratação para fornecimento de material de expediente está, portanto, alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade das atividades das associações escolares, garantindo que suas funções de apoio à gestão educacional sejam exercidas com regularidade, organização e qualidade.</p> <p>Assim, diante das limitações operacionais enfrentadas e da necessidade de manter em funcionamento adequado os processos administrativos e escolares, a aquisição de material de expediente se apresenta como a melhor solução para atendimento da demanda, sendo tecnicamente justificável, economicamente racional e institucionalmente necessária.</p>
Há restrição de fornecedores?	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não
Será dispensada a aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar 123/2006?	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não Em caso positivo, justificar:

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)	
Meios usados na pesquisa:	<p>() Sites oficiais de Governo/Painel de preços () Contratações similares () Tabelas de Referência aprovadas por Órgãos oficiais () Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo () Fornecedores (X) Outro. Especificar: Nota explicativa: Caso seja selecionada a opção "Outro", é obrigatório especificar o meio adotado para a pesquisa.</p> <p>A estimativa de valor realizada na fase de Estudos Técnicos Preliminares constitui, via de regra, uma análise inicial dos preços praticados no mercado, com o objetivo de subsidiar a autoridade competente na avaliação da viabilidade econômica da contratação. Diferentemente da estimativa detalhada exigida na fase de planejamento da licitação, que utiliza os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa no ETP não se destina à definição do valor a ser inserido no edital, mas sim a embasar tecnicamente a escolha da solução mais vantajosa e permitir o pronunciamento preliminar sobre a viabilidade da despesa.</p> <p>Nesse sentido, dispõe o Enunciado nº 10 do Fórum Nacional das Consultorias Jurídicas das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (FONACON):</p> <p>"A estimativa do valor da contratação, exigida quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, poderá ser feita de forma sumária, com documentos de pronta consulta e imediatamente disponíveis, não necessitando seguir o rigor do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021."</p>
Estimativa do valor:	R\$ 479.495,14 (quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e catorze centavos).

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO			
O que será contratado?	<p>A solução escolhida para atender à necessidade das associações escolares consiste na aquisição de materiais de expediente essenciais para o suporte das atividades administrativas, contemplando itens que garantam a organização, o registro e o acompanhamento das rotinas escolares.</p> <p>O fornecimento dos materiais deverá ocorrer de forma contínua e conforme a demanda, durante todo o período contratual, a fim de assegurar a regularidade e a continuidade dos trabalhos administrativos e de apoio às unidades escolares.</p> <p>A contratação por meio de contrato, devendo atender à demanda de forma escalável, permitindo a adequação dos quantitativos adquiridos conforme a variação das necessidades das associações durante o período de vigência contratual, mediante justificativa e autorização administrativa.</p>		
Qual o prazo da garantia do objeto?	<p>(X) Não há () 90 dias () 12 meses</p> <table border="1"> <tr> <td>() Outro:</td> <td> <p>() dias () meses () anos</p> </td> </tr> </table>	() Outro:	<p>() dias () meses () anos</p>
() Outro:	<p>() dias () meses () anos</p>		
Há necessidade de assistência técnica?	<p>() Sim (X) Não Em caso afirmativo, justificar:</p>		

Há necessidade de manutenção?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, descrever a solução:

VIII - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (OBRIGATÓRIO)		
A solução será dividida em itens?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, foi avaliado se o parcelamento é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala.	
	<input type="checkbox"/> Não. Por quê?	Justificar:

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS	
Quais os benefícios pretendidos na contratação?	<input type="checkbox"/> Manutenção do funcionamento administrativo <input type="checkbox"/> Redução de custos <input type="checkbox"/> Aproveitamento de recursos humanos <input type="checkbox"/> Redução dos riscos do trabalho <input type="checkbox"/> Ganho de eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Melhoria na qualidade de produtos e serviços <input type="checkbox"/> Realização de política pública <input type="checkbox"/> Outro, indicar o benefício: _____ Nota explicativa: Caso seja selecionada a opção "Outro", é obrigatório indicar os resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos e melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos a sociedade.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO		
Há providências pendentes para o sucesso da contratação?	<input type="checkbox"/> Sim	Especificar:
	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Indicar os requisitos para fiscalização do contrato	A fiscalização de contratos de compras, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deve observar os artigos 117 a 121 da referida norma, sendo obrigatória a designação formal de um fiscal. Esse agente público será responsável por acompanhar e verificar a execução do contrato, assegurando que os bens adquiridos estejam de acordo com as especificações técnicas, quantidades, valores, prazos e condições pactuadas. Entre os requisitos para a fiscalização, destacam-se: a verificação da conformidade dos produtos entregues com os termos do contrato; o controle de prazos de entrega; a análise de documentos fiscais; a conferência do local e das condições de recebimento; e o registro de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual. A documentação da fiscalização deve ser mantida de forma	

	<p>organizada, com relatórios, termos de recebimento provisório e definitivo, registros de não conformidades e comunicações formais com o fornecedor.</p> <p>O fiscal deverá comunicar qualquer irregularidade à autoridade competente, recomendando, quando necessário, a aplicação de sanções administrativas. O pagamento ao contratado somente poderá ocorrer após o ateste da conformidade da entrega, garantindo que o interesse público esteja preservado e que os princípios da legalidade, eficiência e economicidade sejam respeitados ao longo de toda a execução contratual.</p>
--	--

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Há contratações correlatas ou interdependentes?	<p>() Sim.</p> <p>(X) Não.</p> <p>Em caso afirmativo, indicar:</p>
---	---

XII - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO


Há previsão de impacto ambiental na contratação, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável?	<p>() Sim</p> <p>Especificar os impactos:</p> <p>Nota explicativa: Indicar, de forma clara e objetiva, os eventuais impactos ambientais decorrentes da contratação, tais como consumo elevado de energia, geração de resíduos, emissão de poluentes, entre outros.</p> <p>Especificar as medidas de mitigação dos impactos:</p> <p>Nota explicativa: Descrever as ações previstas para reduzir ou neutralizar os impactos ambientais identificados, como exigência de equipamentos com selo de eficiência energética, uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis, adoção de logística reversa, entre outras.</p> <p>(X) Não</p>
--	--

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. (OBRIGATÓRIO)

A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?	<p>(X) Sim</p> <p>() Não</p>
<p>POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:</p> <p>Considerando a necessidade institucional de garantir o fornecimento de materiais de papelaria, expediente e esportivos essenciais para o desempenho das atividades pedagógicas e administrativas das associações escolares e a insuficiência de estoque próprio, conclui-se que a aquisição desses materiais é a solução mais adequada e vantajosa. A medida se mostra tecnicamente viável, economicamente justificável e alinhada aos princípios da administração pública, recomendando-se o prosseguimento das etapas para formalização da contratação.</p>	


Associação de Apoio da Escola Estadual Augustinópolis
Rua São Sebastião, nº 216, Centro, Augustinópolis -TO CEP 77960-000 (63) 99267-3549
augustinopolisfinanceiro@seduc.to.gov.br

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP:

Documento assinado digitalmente
 **MONICA JULIANA DE JESUS OLIVEIRA**
Data: 13/01/2026 10:37:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura eletrônica)
MÔNICA JULIANA DE JESUS OLIVEIRA
Coordenadora Administrativa e Financeira

Aprovo, observados os aspectos legais, formais e éticos, nos termos do Decreto nº 6.606/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Estadual do Tocantins.

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO DE ASSIS SILVA ESPÍNDOLA**
Data: 13/01/2026 10:44:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura eletrônica)
FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA ESPÍNDOLA
Presidente da Associação

(Observação: Nos casos em que o presente documento vier a ser assinado por substituto do ordenador de despesa, deverá ser obrigatoriamente anexado o ato governamental específico que formaliza a substituição, conforme disposto no Decreto Estadual nº 4.029/2010.)